

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.249 - RS (2019/0356637-4)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : V K DA S (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ELTON MINOTTO ÁVILA - RS027471  
FELIPE MONTEIRO MINOTTO - RS096792  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por V K DA S, contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70082958646.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 01-10-2019, por ter, em tese, cometido o delito previsto no art. 217-A do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e com residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 78-79):

[...]

*O paciente foi preso preventivamente, após representação da autoridade policial, acusado da prática, em tese, de crimes de estupro de vulnerável, perpetrados contra sua enteada, sua filha e uma amiga da filha.*

*A decisão que decretou a prisão preventiva não padece de ausência de fundamentação, porquanto esclareceu que a segregação se fazia necessária para garantia da ordem pública consideradas as circunstâncias do caso e o modus*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*operandi .*

*De outro lado, estão presentes os requisitos necessários à decretação da prisão preventiva.*

*Demonstro.*

*O máximo da pena privativa de liberdade cominada aos crimes supostamente imputados ao paciente, é superior a quatro anos, restando preenchido o requisito do art. 313, inciso I do CPP.*

*De outro lado, em que pese os poucos documentos carreados aos autos, há fortes indícios da presença do fumus commissi delicti , outro requisito necessário à decretação da prisão preventiva, consubstanciado pelos elementos coligidos aos autos, a exemplo do boletim de ocorrência registrado pela vítima M. E.*

*Os crimes, cuja prática, em tese, está sendo imputada ao paciente, foram cometidos com uso de violência física e psicológica, demonstrando o agente, enorme desprezo as regras mais mezinhas de convivência, em total desvalor ao grupo e à paz social, razão pela qual resta demonstrada a necessidade da manutenção de sua segregação cautelar, sendo que medidas cautelares diversas da prisão não se mostram adequadas à hipótese em apreço, pois, se aplicadas, a ordem pública não restará assegurada.*

*Conforme fundamentado na decisão objeto de insurgência, é certo o temor causado pelo paciente nas vítimas, especialmente em razão da autoridade por ele exercida, na condição de pai e padrasto, sendo inequívoca a necessidade de resguardo de sua integridade física e psicológica.*

*Impende dizer que a prisão preventiva não implica, de forma alguma, cumprimento antecipado de pena ou violação ao princípio da presunção de inocência, porquanto se caracteriza por ser uma prisão processual, cautelar, que encontra previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal para as hipóteses onde for necessário garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e ou assegurar a instrução processual.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

Em arremate, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que "no caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de constrição cautelar do Recorrente, tanto para a garantia ordem pública em razão da gravidade concreta da

# *Superior Tribunal de Justiça*

*conduta imputada ao ora Recorrente, consistente em estupro de vulnerável praticado contra sua enteada, de forma reiterada (...)" (RHC 115.112/GO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.*

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator